



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8796

Presidente da Mesa Diretora: Antônio Silveira de Sá

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Utilidade Pública

Autoria: José Marcos Martins de Freitas

Data: 11/06/2013

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 81/2013. Concede o título declaratório de utilidade pública municipal à “Fundação Educacional, Cultural e Social Sólido – FECSS”. (Referente à Lei nº 4.678, de 09/12/2013).

Controle Interno – Caixa: 25.11

Posição: 10

Número de folhas: 05

Nº 97/2013



26.11.2013

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.678, de 09/12/2013

PROJETO DE LEI Nº 81/2013

AUTOR:

Ver. Marcos Nen.

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Fundação Educacional, Cultural e Social Sólido - FECSS.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 11/06/2013
- 2 - Comissão Legislação e Justiça

3 - APROVADO EM REUNIÃO DE URGÊNCIA

4 - EM 26-11-2013

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº 81 /2.013.

*As Comissões
A. Silva
11.06.13*

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública .

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob a denominação de “ **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E SOCIAL SOLIDO - FECSS** ”, inscrita no CNPJ sob o nº 17.004.357/0001-40, com sede na rua : Gonçalves Figueira, 118 – Centro, neste Município de Montes Claros – Minas Gerais.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 11 de junho de 2013.

Jose Martins
Vereador - José Marcos Martins de Freitas



CÂMARA MUNICIPAL DE MÓDICES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E FISCALIZAÇÃO
EM 11 DE JUNHO DE 2013
F. Silva
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MÓDICES CLAROS
APROVADO EM RESOLUÇÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 26 DE NOVEMBRO DE 2013
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 081/2013 QUE “CONCEDE TÍTULO DECLARATÓRIO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL À FUNDAÇÃO EDUCACIONAL, CULTURAL E SOCIAL SÓLIDO - FECSS”, DE AUTORIA DO VEREADOR JOSÉ MARCOS MARTINS DE FREITAS.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 18 de novembro de 2013.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 81/2013

AUTOR: Ver. José Marcos Martins de Freitas

MATÉRIA: “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal à Fundação Educacional, Cultural e Social Sólido – FECSS.”

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 11/06/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 18/11/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O presente projeto trata de concessão de título declaratório de utilidade pública municipal à **Fundação Educacional, Cultural e Social Sólido – FECSS.**

Nos termos do Estatuto, os objetivos da Fundação, dentre outros, é o de desenvolver ações voltadas para a garantia e defesa dos direitos de populações em condições de carência, priorizando o atendimento a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiências, buscando atender as aspirações e interesses da comunidade onde está inseridas, cooperar com outras instituições da sociedade, na área específica de sua competência, unindo esforços e coordenando ações no sentido de realizar suas finalidades institucionais, atendendo a demanda da sociedade, especialmente na saúde, educação e assistência social.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local e atende os requisitos legais previstos em lei, com a apresentação dos documentos exigidos para a concessão do título, portanto, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 21 de novembro de 2013

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: